

## Feliciano Barreiras Duarte

Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto dos Assuntos Parlamentares

Escrevo pela primeira vez na Revista Migrações desde que tomei posse como Secretário de Estado responsável pelas matérias de Imigração e particularmente da Integração de Imigrantes neste XIX Governo Constitucional. Quero, por isso, começar por destacar o importante papel que o Observatório da Imigração tem desempenhado na promoção e na divulgação de estudos sobre a temática das migrações. Aliás, tenho muito orgulho em ter sido o responsável governativo pela criação do Observatório da Imigração.

Tive oportunidade, como membro do Governo e noutras funções políticas e académicas, de afirmar muitas vezes que considero a imigração como um fenómeno incontornável e essencial ao desenvolvimento económico, social e humano da Europa para o próximo século. Nesse sentido, todos os estudos que promovam este tema e que desmistifiquem a opinião populista que existe em alguns sectores da sociedade, merecem-me o maior respeito.

Quero também destacar a relevância do tema “Migrantes e Voluntariado” e saudar o trabalho do coordenador deste número da Revista, Henrique Pinto. A associação das matérias da imigração e do voluntariado parece-me não apenas interessante e inovadora, mas de uma actualidade extraordinária.

Os números de que vos poderão inteirar, sobre o voluntariado na Europa do Norte e a sua comparação com os números em Portugal são impressionantes e devem dizer-nos alguma coisa sobre a organização social e sobre aquilo que o Estado faz e tem capacidade para fazer, por um lado, e aquilo que a sociedade faz e o que ainda pode fazer.

Parece-me que em Portugal ainda há – e há porventura cada vez mais – a convicção de que cabe ao Estado providenciar tudo, em todas as áreas. Esquece-se muitas vezes o papel que todos temos de desempenhar na nossa sociedade, para que realmente funcione e o papel essencial que a família tem de desempenhar na educação e na transmissão de valores às crianças e jovens.

Vemos que a tão falada crise de valores é uma realidade palpável nos números e nomeadamente na falta de importância que se dá à entreejada e ao voluntariado em Portugal. Naturalmente que há bons exemplos, mas os números falam por si. A esmagadora maioria da população não participa em actividades de voluntariado e provavelmente mostra pouca disponibilidade para o fazer.

Infelizmente, como está cada vez mais claro, o Governo e a Administração Central e Local não podem fazer tudo, não têm capacidade para isso. E, por isso, num momento de dificuldades económicas muito sérias que atravessamos, mais do constatar

isto mesmo, cumpre-nos divulgar aquilo que cada um de nós pode, como cidadãos, sociedade civil, fazer pelo país como voluntários, nas mais variadas áreas.

No que respeita à integração de imigrantes, o voluntariado parece-me constituir uma excelente oportunidade de conseguir bons resultados: quer através de cidadãos portugueses, que podem trabalhar com migrantes para os ajudar no processo de adaptação à realidade do país, quer através de imigrantes integrados, descendentes de imigrantes ou imigrantes recém-nacionalizados.

A experiência dos imigrantes integrados e o seu sucesso pode ser a maior inspiração para os novos imigrantes, pelo que a sua participação nas associações de imigrantes se reveste da maior importância e interesse. É também por isso que cumpre ao Estado apoiar as actividades das associações de imigrantes e envolvê-las no processo de integração. Quero, por isso, deixar uma palavra de encorajamento aos que se dedicam ao associativismo imigrante e que se dedicam às suas comunidades, fazendo votos que nessa dedicação voluntária possam atingir os objectivos de integração que o Estado não consegue por vezes, por si só, alcançar.

E, neste particular, só uma forte articulação de políticas e de esforços, em nome das políticas públicas e das estruturas de organizações e associações não-governamentais é que pode contribuir para que Portugal continue a figurar entre os países com melhores políticas públicas nas matérias associadas ao fenómeno migratório.

Este foi sempre o meu propósito, aquando do exercício de funções governativas nos XV e XVI Governos Constitucionais, quando procurei criar condições para que as associações de imigrantes pudessem participar, de várias formas, na concretização da política pública de imigração.

Impõe-se também uma palavra final para enaltecer o trabalho extraordinário que, de há muitos anos a esta parte, outras instituições da sociedade portuguesa, como são os casos da Igreja Católica, da Cáritas, da Cruz Vermelha Portuguesa e de tantas outras IPSS, muitas vezes com recurso ao voluntariado, têm feito – por vezes até melhor que o Estado – nas matérias atinentes à Imigração.